

Política

O relator da matéria sobre a representação de São Paulo no Congresso Nacional prepara seu parecer para colocar o assunto em votação ainda neste semestre

Decisão sobre bancada paulista sai em junho

Os cidadãos paulistas saberão antes do fim do primeiro semestre se a representação do Estado no Congresso Nacional será ou não aumentada de 60 para 70 deputados. Os mandados de injunção propostos pelos deputados Michel Temer (PMDB) e José Serra (PSDB) junto ao Supremo Tribunal Federal, para que seja cumprido ainda este ano o direito constitucional de ampliação da bancada de São Paulo, já estão em fase final de tramitação. O ministro Almir Passarinho, relator da matéria, pretende concluir seu parecer nas próximas horas e colocá-la em pauta, para julgamento, até o final de junho.

O vice-governador Almino Affonso, porém, embora elogiando "a disposição com que personalidades paulistas batem as portas do Supremo Tribunal Federal para fazer valer o direito inscrito na Constituição de São Paulo ampliar — ainda que timidamente — sua representação popular no Congresso", duvida da eficácia das medidas propostas, porque "no mandado de injunção o Judiciário apenas recomenda ao Legislativo que cumpra o dispositivo constitucional. Reconhece esse direito. Mas não lhe dá a força do cumprimento que tem, por exemplo, um mandado de segurança".

Almino é o único virtual candidato a governador do Estado (pelo PDT) que não é paulista de nascimento. Ele diz que reivindica essa cidadania porque vive em São Paulo há 40 anos (é amaze-nense). E defende "a realização de um grande movimento popular, a partir da reportagem publicada ontem pelo **Jornal da Tarde**, com quem me parabeno, para que o Congresso Nacional se sensibilize e vote a lei complementar que já tramita na Câmara dos Deputados, para que seus efeitos se façam sentir a partir da posse dos novos parlamentares".

Como argumento para sensibilizar os atuais congressistas, Almino Affonso lembra que "São Paulo, hoje, tem a maior população do País, também porque milhares de brasileiros nascidos em outros Estados, como eu, vieram para cá atraídos pelo imenso potencial econômico e de trabalho de São Paulo. Portanto, esse boicote à representação popular paulista no Parlamento, que começou com a Carta de 1934, quando tentou se amortecer o poderio político do Estado em virtude da vitória moral da Revolução Constitucionalista de 1932, e agravou-se a níveis insuportáveis depois do golpe de 1964, quando, a pretexto de equilibrar a representação, limitou-se a 60 a maior representação na Câmara e elevou-se a 8 a representação mínima, não tem sentido. Não é um boicote apenas a população de um Estado, mas a

todos os brasileiros que aqui vivem".

O governador Orestes Quércia (PMDB) também comentou a reportagem sobre a valorização do voto paulista, publicada ontem pelo JT, dizendo que "ela fortalece as atitudes dos políticos que ingressaram no Supremo Tribunal Federal com medidas visando restabelecer, ao menos parcialmente,

a representação popular do Estado, que vem sofrendo discriminações desde o movimento de 64, quando os governos militares, com medo de perderem as eleições, limitaram o número de deputados de São Paulo, porque aqui se forjava a resistência democrática".

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Tonico Ra-

mos (PMDB), também aplaude "tudo que se faça para fortalecer o Parlamento". Ele lembra que São Paulo é o maior centro migratório do Brasil e, portanto, tudo que se faz contra o povo paulista é uma violência contra todos os brasileiros.

O líder do PSDB, deputado Vanderlei Macris, observa que "a representação parlamentar de São

Paulo é bem uma demonstração de que aqui vivem cidadãos de todas as partes do Brasil". E cita os nomes de alguns parlamentares como Luis Inácio Lula da Silva (pernambucano), Fernando Henrique Cardoso (carioca), Irma Passoni (catarinense) e José Maria Eymael (gaúcho) como exemplos de que "a castração da representação política de São Paulo é

uma violência contra os brasileiros". Macris também defende a necessidade de uma mobilização popular para sensibilizar o atual Congresso a votar a legislação complementar que regulamenta a representação parlamentar, "para que ela já vigore a partir da posse dos próximos congressistas".

João Sampaio